



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DE COMPETÊNCIA LEGAL PARA INVESTIGAÇÃO

REQUERIMENTO N.º , DE 2019

(Do Sr. Subtenente Gonzaga)

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão Especial para debater a respeito da adoção de competência legal de investigação em todas as polícias.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a respeito da ampliação das atribuições e da adoção de competência legal de investigação para todas as polícias do país.

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- 1 – **José Mucio Monteiro**, Presidente do Tribunal de Contas da União;
- 2 – **Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**, Presidente Conselheiro da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON;
- 3 – **Egbert Nascimento Buarque**, Secretário de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública do Tribunal de Contas da União.

JUSTIFICATIVA

O escopo da criação da presente comissão é, indubitavelmente, contribuir, de maneira factível, ao aperfeiçoamento da segurança pública no país, promovendo meios de melhorar a capacidade do estado brasileiro de investigar e elucidar crimes, para tanto,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ampliando-se as atribuições e adotando-se a competência legal de investigação em todas as polícias.

É cediço que o modelo de polícia atual é insatisfatório e, como consequência, o nível de elucidação dos crimes é baixíssimo, o que sujeita a população brasileira a índices alarmantes de violência, criminalidade e impunidade.

Para isso, é cogente que hajam mudanças estruturantes no sistema de segurança pública e persecução penal. As instituições policiais do Brasil são sólidas e possuem profissionais competentes, e que no escopo atual estão cumprindo bem sua missão, no entanto, pelo modelo de “meias Policiais” são pouco eficazes.

Deste modo, a audiência pública solicitada tem como objetivo promover o debate de forma ampla e democrática, com as diversas instituições do país ligadas à segurança pública, na perspectiva de busca de soluções efetivas e tangíveis para a contenção da criminalidade.

Assim, considerando que cabe aos Tribunais de Contas o controle e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos federativos e federados da Administração pública direta e indireta, apresentamos o presente requerimento, fundamentado na necessidade de identificar a relação custo benefício para o Estado Brasileiro, do atual modelo de atuação das Polícias no Brasil, em relação ao modelo proposto de Polícia de Ciclo Completo.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Subtenente Gonzaga
Deputado Federal – PDT/MG